

Brasil tenta acordo de US\$ 2 bi com FMI

ERALDO PERES



Gros leva ao FMI as mesmas medidas já adotadas pelo Governo

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, garantiu que o Governo não adotará nenhuma medida econômica adicional para conseguir um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que garanta um empréstimo de dois bilhões de dólares ao País. "Não haverá nenhuma modificação no programa econômico do Governo. Vamos levar ao FMI medidas já adotadas pela equipe econômica", enfatizou Gros, que coordenará a comissão governamental encarregada de negociar com a Missão do FMI que chegou ontem a Brasília.

A missão, coordenada pelo ex-chefe da Divisão do Atlântico Sul do FMI, Thomas Reichmann, e pelo seu substituto no cargo, José Fajbegaun, terá como trabalho inicial o levantamento da situação econômico-financeira do País em 1990 e nos primeiros seis meses de 1991. A apresentação dos dados sobre o desempenho da economia ficará a cargo de uma comissão presidida por

Gros e integrada pelo secretário de Planejamento, Pedro Parente, pelo secretário Especial de Política Econômica, Roberto Macedo, e pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Armínio Fraga.

Concluída a primeira fase, a missão e o Governo começarão a negociar os termos de um acordo que permita ao Brasil obter um empréstimo de dois bilhões de dólares. Inicialmente, o Governo vai pleitear um acordo do tipo **stand by**, com duração de 18 meses, que pressupõe o cumprimento de um programa econômico, fundamentado em metas trimestrais de performance da economia como política fiscal, política monetária e endividamento externo, para a liberação dos recursos. Se o resultado for positivo, o **stand by** deverá se transformar num **extended fund facility**, um programa de 36 meses de duração, também vinculado ao cumprimento de metas, que permitiria o acesso a um empréstimo superior aos dois bilhões de dóla-

res iniciais.

Na opinião de Thomas Reichmann, o fechamento de um acordo entre o Brasil e os bancos credores para o reescalonamento de 8,8 bilhões de dólares em juros atrasados vai facilitar as negociações com o FMI. "Se o acordo com os bancos é bom para o Brasil, então contribuiu para um acordo com o fundo", explica Reichmann. Segundo o economista, era impossível ao FMI acertar um programa econômico com o País enquanto persistisse o atraso no pagamento dos juros aos credores privados. "O Fundo não pode fechar um programa econômico com um país que tem uma brecha financeira", garante.

Reichmann deixou claro que o programa a ser negociado entre o Brasil e o FMI implicará a continuidade dos sacrifícios por parte da sociedade brasileira na busca da estabilidade econômica. "A situação não melhora sem esforço ou sacrifício, pois sempre há que se trabalhar primeiro antes de poder se gozar os benefícios".